



A SUPERAÇÃO DA CORRUPÇÃO NA POLÍTICA: SALVAGUARDA DA ÉTICA E DA DEMOCRACIA

“Na verdade, a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro” (1Tm 6,10).

Nós, membros do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, reunidos em Brasília, DF, nos dias 16 a 18 de junho de 2009, manifestamos indignação diante das repetidas acusações de corrupção nas instâncias dos Poderes constituídos. A corrupção e a decorrente impunidade constituem grandes ameaças ao sistema democrático.

A corrupção aumenta o fosso das desigualdades sociais, como também a miséria, a fome e a pobreza. Além de ferir gravemente o princípio do destino universal dos bens, raramente se tem notícias sobre a restituição dos recursos e bens públicos usurpados. A corrupção trai a justiça e a ética social, compromete o funcionamento do Estado, decepciona e afasta o povo da participação política, levando-o ao desprezo, perplexidade, cansaço, revolta, e ao descrédito generalizado, não somente pelos políticos, mas também pelas Instituições Públicas.

A imprensa nacional e os órgãos públicos competentes têm divulgado a prática de comprovada corrupção nos meios políticos como um círculo vicioso, um hábito enraizado na inversão dos meios e do fim da “coisa pública”. Ao mesmo tempo em que a mídia funciona como caixa de ressonância, denunciando os males presentes na vida política, muitas vezes pode semear na opinião pública a idéia da inutilidade do Congresso, desvalorizando a democracia.

Diversas instâncias da sociedade civil já se manifestaram em favor da reforma política para, entre outros objetivos, sanar os males da corrupção sedimentados na vida pública. A Igreja quer contribuir para o bem comum, lembrando as exigências éticas do Evangelho. A política é um serviço ao bem comum, na construção da sociedade justa, fraterna e solidária. Os políticos sejam pessoas dotadas de virtudes sociais, como competência, retidão, transparência e espírito de serviço, sendo os primeiros responsáveis pela ordem justa na sociedade. A superação da corrupção exige pessoas e partidos com perfil íntegro para o exercício do mandato público.

Convocamos a todos para que, através do Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a Vida Progressiva dos Candidatos (Projeto Ficha Limpa), da Reforma Política e outras mobilizações, possamos garantir eleições regidas pela ética em 2010, fortalecendo a participação e garantindo a credibilidade dos processos democráticos. Nesse sentido, a Igreja oferece, por meio das escolas de Fé e Política, uma concreta e valiosa contribuição.

Que Nossa Senhora Aparecida, serva de Deus e da humanidade, ajude o povo brasileiro a combater a corrupção, criando condições para uma sociedade justa e plenamente democrática.

Dom Geraldo Lyrio Rocha
Arcebispo de Mariana
Presidente da CNBB

Dom Luiz Soares Vieira
Arcebispo de Manaus
Vice-Presidente da CNBB

Dom Dimas Lara Barbosa
Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro
Secretário-Geral da CNBB